

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

ORGANIZAÇÃO DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA INCLUSÃO DAS CRIANÇAS DE SEIS ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Liliane Souza de Assis¹; Antonia Almeida Silva²

1. Bolsista PROBIC, Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: liliane.assis@gmail.com
2. Orientadora, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: antoniasilv@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Ensino fundamental de nove anos; concepção de criança; proposta pedagógica para crianças de 6 anos de idade

INTRODUÇÃO:

A implantação da Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, instituiu a obrigatoriedade do ensino fundamental, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade. No entanto, relevantes indagações vêm sendo realizadas acerca dessa Lei, dentre elas, emerge a construção de propostas didático-pedagógicas para atender a nova demanda.

A referida Lei objetiva assegurar “a inclusão de todas as crianças de seis anos, menor vulnerabilidade a situações de risco, permanência na escola, sucesso no aprendizado e aumento da escolaridade dos alunos” (BRASIL, 2004. p. 2). A mesma enfatiza a adequação das propostas pedagógicas direcionadas às crianças ingressantes para que a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental aconteça sem rupturas traumáticas para elas.

A Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) tem se empenhado bastante na efetivação dessa Política, uma vez que as instituições escolares, públicas e privadas teriam até 2010 para implantá-la. A partir do início de 2004, promoveu encontros regionais e nacional para discutir com os estados e municípios como implementar esta ampliação. Tais encontros tiveram como objetivos

- a) Trazer para estudo conjunto dos dirigentes e técnicos do Ministério da Educação, dos estados e dos municípios, as questões centrais que envolvem a ampliação do ensino fundamental, considerando as crianças de seis anos de idade como novos sujeitos da escolaridade formal obrigatória.
- b) Promover o conhecimento e o intercâmbio de experiências bem sucedidas durante o processo de ampliação do ensino fundamental para nove anos.
- c) Apresentar e aperfeiçoar a proposta de acompanhamento e avaliação dessa iniciativa. (ibidem. P. 3)

As propostas pedagógicas, entretanto, ainda demandam investimentos, haja vista, a nova clientela possuir especificidades extremamente diferentes das demais crianças. Implantar o Ensino Fundamental de nove anos significa repensá-lo em todo o seu curso. Kramer (2007) enfatiza que o trabalho pedagógico precisa levar em conta a singularidade das ações infantis e o direito à brincadeira e à produção cultural.

É preciso garantir que as crianças sejam atendidas nas suas necessidades (a de aprender e de brincar), que o trabalho seja planejado e acompanhado por adultos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, e que saibamos, em ambos, ver entender e lidar com as crianças como crianças e não apenas como estudantes (p. 20).

Entretanto, estudar num ambiente onde as diversas possibilidades de organização curricular favoreçam a inserção crítica da criança na cultura ainda se constitui num ideal a ser

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

buscado, posto que, ainda domina em nossa sociedade um olhar que reduz as crianças a alunos. Arroyo (2000) aponta a infância como categoria chave para se pensar o trabalho pedagógico.

A figura do pedagogo vai se configurando no mesmo movimento da configuração histórica da infância. A infância não é um simples conceito, é um preceito, um projeto de ser, vinculado a ideais de felicidade e emancipação, nos lembra Phillippe Áries. Ou vinculada a um ideal-projeto de harmoniosa maturação, nos adverte J. J. Rousseau. Um projeto vinculado muito antes a Paidéia, que nasce preocupada com a educação justa da infância. Maturação, felicidade, emancipação, harmonia ou educação justa... tudo valores, ideais e projetos onde a infância e seu artífice, o pedagogo, se configuram (p. 39).

Pensar a infância como categoria chave para a organização do trabalho pedagógico implica em olhar o mundo a partir do ponto de vista da criança. Nessa perspectiva “atuar com as crianças com esse olhar significa agir com a própria condição humana, com a história humana [...]. Conhecer a infância e as crianças favorece que o humano continue sendo sujeito crítico da história que ele produz (e que o produz)”. (KRAMER, 2007. p. 17)

Diante disso, o trabalho pedagógico pode se constituir tanto como um facilitador quanto um complicador na construção do conhecimento pelas crianças, uma vez que, no processo de ensino-aprendizagem a maneira como o professor concebe a criança, a infância e o ensino, estão intensamente imbricadas.

Cabe, portanto, às instituições e aos órgãos responsáveis pela implantação e implementação dessa política articular ações que assegurem às crianças as condições pedagógicas e humanas necessárias para a sua permanência nesses espaços, bem como, o sucesso em sua trajetória. Em Feira de Santana, A DIREC 02 realizou no início do presente ano a Jornada Pedagógica, na qual distribuiu o documento “Orientações Gerais” para professores e dirigentes. Resta saber se e de que forma se deu o acompanhamento nas instituições que receberam essa nova clientela, bem como essas instituições se prepararam para acolher as crianças. Nesse sentido, torna-se relevante analisar como estão sendo organizadas as propostas pedagógicas para a inclusão das crianças de seis anos nas escolas estaduais no município de Feira de Santana, inclusive a percepção de professores e gestores sobre essas propostas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem metodológica será de natureza qualitativa. Tal escolha deve-se ao fato de que a mesma tem o objetivo de “*entender determinada situação social, fato, papel, grupo ou interação*” (Locke, Spirduso e Silverman, 1987 *apud* Creswell, 2007, P. 202). Nesse sentido, busco compreender como esse fenômeno social (ensino fundamental de nove anos) vem se configurando comparando, catalogando e interpretando os dados coletados sobre o objeto de estudo (as propostas pedagógicas).

Devido a exiguidade do tempo e a inviabilidade de acompanhar o universo das escolas estaduais do município optei por uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso por este se tratar da análise profunda de uma unidade (ambiente, sujeito ou uma situação em particular) de estudo. A pesquisa terá cunho exploratório, pois pretendo conhecer ainda mais o campo de estudo e será desenvolvida na Escola Estadual Olga Noêmia Guimarães. Estarão envolvidos na pesquisa gestores da instituição, coordenadoras, professoras e as crianças de seis anos.

A pesquisa empírica constituir-se-á por análise de conteúdo e entrevistas com os sujeitos envolvidos. Em face disso a primeira etapa consistirá no levantamento e análise de documentos produzidos sobre a forma escrita. Dentre eles a Legislação, literaturas que versem

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

sobre as políticas educacionais para a infância e sobre a organização do trabalho pedagógico para atender às crianças de seis anos, bem como as diretrizes adotadas pela Secretaria Estadual de Educação para orientarem a implantação do ensino fundamental de nove anos. Serão realizadas visitas à escola para observação da adequação dos processos pedagógicos e análise de documentos produzidos pelo grupo, tais como, o PPP- Projeto Político Pedagógico e relatório de atividades.

Ao lado disso serão realizadas entrevistas com os sujeitos envolvidos: gestores, coordenadores e professoras para apreender suas interpretações no processo de efetivação das propostas. Tal procedimento permitirá perceber e interpretar a realidade analisada. Para tanto utilizarei como instrumento entrevista semi-estruturada. Serão feitos registros das atividades realizadas pelas crianças.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa encontra-se em andamento (3º mês). Até o momento foram realizadas leituras de bibliografias que versam sobre políticas para a infância e dos Documentos Oficiais sobre a implantação do ensino fundamental de nove, bem como o contato prévio com a escola onde será realizada a coleta de dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças de seis anos no ensino fundamental, sem dúvida, requer atenção quanto aos processos que envolvem a sua efetivação, uma vez que trabalhar com essas crianças não implica em transferir as atividades e propostas da tradicional 1ª série para o novo 1º ano do ensino fundamental. A proposta pedagógica para atender a essa nova clientela deverá estar alicerçada na concepção de criança enquanto sujeito com personalidade própria e membro ativo de um grupo, considerando a infância enquanto sucessão de etapas, onde cada uma delas prepara para a seguinte, sem arbitrariedades nem negação da identidade desses sujeitos. Esse é um grande desafio que ainda estamos por enfrentar.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- BRASIL. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 248, 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005*. Altera os arts. 6º, 30,32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília, DF, 2005.
- BRASIL. *Lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006*. Altera a redação dos artigos 29,30,32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir de seis anos de idade.
- BRASIL. *Ensino Fundamental de Nove anos: orientações gerais*. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2004.
- CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto alegre: ARTMED, 2007.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa. N° 115, P. 139-154: março/ 2002

JUNQUEIRA FILHO, G. A. *Linguagens Geradoras: seleção e articulação dos conteúdos em Educação Infantil*. Porto Alegre: Mediação, 2005

KRAMER, Sônia. A infância e suas singularidades. In: BRASIL. *Ensino Fundamental de Nove Anos: orientação para a inclusão da criança de seis anos de idade*. 2ª ed. Brasília, 2007.